

Ano 2022

Circular nº50/2022

Assunto: Cessação da vigência de 101 diplomas (decretos-leis) visando a
— Pandemia da doença COVID-19

O Governo considerou, agora, que a situação epidemiológica, COVID-19, evoluiu num sentido positivo, nos últimos meses;

Que, se não a supressão de nova medidas, pelo menos,

Renovação das que se encontram em vigor,

Já que, esses diplomas foram promulgados para vigorar durante um período justificado pela referida Pandemia,

Publicou agora, no Diário da República, 1.  Série, n.é 190, de 30 Setembro 2022, o

DECRETO-LEI N.  66-A/2022

que visa considerar revogados,

“...diversos decretos-leis aprovados no âmbito da pandemia da doença COVID-19, **determinando expressamente que os mesmos não se encontram em vigor**, em razão da caducidade, revogação t crite anterior ou revogação pelo presente decreto-lei”.

É o art.é 2, deste diploma, que cont m a “Norma Revogatória” desses diplomas, --- repare-se, todos os decretos-leis ---, e que são um número de 101 (cento e um) decretos-leis!

Naturalmente, seria impossível reproduzir aqui esta lista infindável de diplomas, pelo que são o recurso ao Diário da República n.  190, Fh. 119(2) a 119(7)   possível obter a informação se um decreto-lei em causa está revogado, ou não.

Por fim, com interesse referir que o n.  2, do art.  2, --- este artigo enumera os Decretos-Leis revogados --- tem o seguinte comando:

“ 2 – A revogação dos decretos-leis previstos no número anterior não prejudica as alterações por estas introduzidas a diplomas que não sejam expressamente revogados pelo presente decreto-lei”.

----- X -----

Ainda neste Decreto-Lei n.é 66-A/2022, num art.  4, aparece, na n/ opinião um pouco a despropósito, um “aditamento” ao DECRETO-LEI N.é 12/2021, de 9 Fevereiro, como artigo 5-A.

“ARTIGO 5-A

Força probatória das cópias digitalizadas e das fotocópias

- 1 - É reconhecida às cópias digitalizadas e às fotocópias dos atos e contratos a força probatória dos respetivos originais, salvo se a pessoa a quem forem apresentadas requerer a exibição desse original.
- 2 - A assinatura das cópias digitalizadas dos atos e contratos por via manuscrita ou por via de assinatura eletrónica qualificada não afeta a validade dos mesmos, ainda que coexistam no mesmo ato ou contrato formas diferentes de assinatura”.

Note-se que este DECRETO-LEI N.º 12/2021, de 9 Fevereiro, tem por objecto assegurar na ordem jurídica interna do REGULAMENTO (UE) 910/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Julho 2014 --- na alínea g), do artigo 1 ---, relativamente a identificação electrónica e aos serviços de confiança para as transações electrónicas no mercado. E, ainda,

Na alínea b), do art.º 1,

Regular a validade, eficácia e valor probatório dos documentos electrónicos, o reconhecimento e aceitação, na ordem jurídica portuguesa, dos meios de identificação electrónica de pessoas singulares e colectivas e prevê as normas aplicáveis ao Sistema de Certificação Electrónica do Estado – Infraestruturas de Chaves Públicas (SCEE).

